AS VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE E OS IMPACTOS DA REPRESSÃO SEXUAL NAS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE JUNGUIANA

Maria Victoria Guimarães da Cunha Cintra (IC) e Raul Alves Barreto Lima (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O processo histórico e social da opressão das mulheres as reduziu à função reprodutiva e à manutenção da estrutura familiar. Essa construção se deu com base na demonização da sexualidade não procriativa e no controle do corpo feminino. Os efeitos desses imperativos na sexualidade feminina na contemporaneidade são verificáveis, entretanto, as especificidades psicológicas relacionadas a essas manifestações são pouco pesquisadas. Dessa forma, este estudo teve como objetivo investigar as vivências da sexualidade feminina na contemporaneidade e os impactos da repressão sexual na psique das mulheres, a partir de uma perspectiva da Psicologia Analítica. Para isso, adotou-se a metodologia qualitativa a partir da realização de seis entrevistas semiestruturadas com mulheres maiores de 18 anos. A análise dos dados foi feita com base na análise de conteúdo de Bardin e interpretados sob a perspectiva da Psicologia Analítica. Os resultados evidenciaram que os dispositivos sexistas, racistas e heteronormativos restringem os modelos de sexualidade aceitos socialmente. No âmbito erótico, as mulheres relataram dificuldades com as experiências de autoerotismo, prazer e desejo, referindo culpa, vergonha e confusão. Conclui-se que, para o cuidado em saúde, é necessário conscientizar e psicoeducar as mulheres acerca dos condicionantes históricos que as atravessam, possibilitando a integração de conteúdos inconscientes que influenciam a vivência da sexualidade e favorecendo experiências mais autênticas.

Palavras-chave: sexualidade feminina; repressão sexual; Psicologia Analítica

ABSTRACT

The historical and social construction of women's oppression reduced women to reproductive functions and the maintenance of the family structure. This construction was based on the demonization of non-procreative sexuality and the control of women's bodies. The effects of these imperatives on female sexuality in contemporary society are evident; however, the psychological specificities associated with these manifestations remain underexplored. Thus, this study aimed to investigate contemporary women's experiences of sexuality and the psychological impacts of sexual repression from an Analytical Psychology perspective. A qualitative methodology was adopted, based on six semi-structured interviews with women over the age of 18. Data were analyzed using Bardin's content analysis and interpreted from the perspective of Analytical Psychology. The results showed that sexist, racist, and heteronormative mechanisms restrict socially accepted conceptions of sexuality. Within the erotic sphere, the women reported difficulties with experiences of autoeroticism, pleasure, and desire, describing feelings of guilt, shame, and confusion. It is concluded that, within the context of healthcare, it is necessary to raise women's awareness and provide psychoeducation regarding the historical conditions that constrain their experiences, thereby enabling the integration of unconscious contents that influence their experience of sexuality and fostering more authentic experiences.

Keywords: women's sexuality; sexual repression; Analytical Psychology.

1. INTRODUÇÃO

O corpo feminino carrega uma história, frequentemente silenciada, marcada por opressão e instrumentalização. Segundo o Índice de Normas Sociais de Gênero (UNDP, 2023), que abrange dados correspondentes a aproximadamente 85% da população mundial, cerca de 90% das pessoas apresentam algum tipo de viés contra as mulheres. Mais especificamente no Brasil, os dados apontam que mais de 84% dos brasileiros possuem esse mesmo viés. O estudo, que analisa múltiplas dimensões da vida das mulheres, revela que a misoginia permanece enraizada nos diversos contextos em que elas estão inseridas, impactando profundamente suas experiências pessoais e sociais.

Segundo Engels (2019), a história da opressão feminina tem início no desenvolvimento da agricultura e da produção excedente, ocasião em que os homens passam a ser responsáveis pela produção familiar. No entanto, devido ao sistema de organização familiar matrilinear vigente, os filhos e filhas desses homens não eram considerados seus herdeiros diretos. Dessa forma, com o objetivo de assegurar a herança masculina, o poder matriarcal anteriormente exercido sobre a ordem de herança familiar passa a ser substituído pelo poder patrilinear. É nesse contexto, portanto, que a opressão da mulher se inicia, com o surgimento da monogamia e do domínio do homem sobre a mulher como forma de garantia da fidelidade e, consequentemente, a paternidade dos filhos.

Embora a repressão da sexualidade feminina possa ser remontada desde o momento citado, o presente trabalho pretende abordar o papel do sistema capitalista na propagação de ideais misóginos na contemporaneidade. Federici (2017) argumenta que, com o tempo e a transformação dos meios de produção, a opressão feminina passou a ser utilizada como um instrumento fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Segundo a autora, a necessidade de explorar o ser humano como recurso produtivo – um dos pilares do sistema – resultou em uma reconfiguração de costumes antes naturalizados na Idade Média europeia, com o objetivo de submeter as capacidades humanas às exigências do capital. Com base nisso, a repressão e a violência contra a mulher, sustentadas por preconceitos enraizados e dotados de valor socioeconômico até os dias atuais, foram parte fundamental do processo de consolidação do modelo de produção.

Entre todas as dimensões da mulher, a sexualidade foi, sem dúvida, a que exerceu o papel mais central na construção e perpetuação da opressão feminina. Sob essa perspectiva, Federici (2017) constata que a caça às bruxas foi um grande exemplo da opressão da sexualidade, dado que este movimento foi inaugurado por uma classe política que visava contornar a crise populacional da Europa Ocidental dos séculos XVI e XVII. A autora enfatiza que a sexualidade não procriativa e recreativa, assim como qualquer forma de expressão sexual da mulher e controle sobre seu próprio corpo, foi demonizada nesse

contexto do controle da natalidade populacional. A premissa era de que as mulheres poderiam "enfeitiçar" os homens com o sexo e o amor, o que, para o Estado em desenvolvimento, não era interessante, pois não favorecia a submissão da mulher ao homem, impedindo a formação da família tradicional burguesa — instituição que beneficiava o processo de produção (EASLEA, 1980).

Doravante, distintas formas de repressão e punição foram dirigidas à sexualidade feminina, as quais, com o passar dos séculos, continuam a se manifestar sob novas roupagens. No Brasil, os resultados da marginalização da expressão sexual da mulher, bem como o acesso ao conhecimento de sua própria sexualidade, já são mensuráveis. Conforme estudo organizado por Carmita Abdo (2002) sobre o comportamento sexual do brasileiro, 16,4% das mulheres referiram não ter vida sexual ativa, enquanto apenas 4,9% dos homens afirmaram o mesmo. Concomitantemente, 20,7% dos homens afirmaram se masturbar frequentemente, enquanto apenas 7,9% das mulheres relataram o mesmo comportamento. No que diz respeito à liberdade para falar sobre sexo, 72,4% dos homens disseram se sentir à vontade, contrastando com 57,7% das mulheres (Abdo et al., 2002). Em outro artigo realizado pela autora acerca de disfunções sexuais femininas, pelo menos uma disfunção sexual foi relatada por 49% da amostra de mulheres, além disso, 26,7% afirmaram ter falta de desejo sexual (Abdo et al., 2004).

De acordo com o DSM-5, a resposta sexual humana é moldada por uma interação entre fatores biológicos, socioculturais e psicológicos (American Psychiatric Association, 2014, p. 423). Sob essa ótica, Figueiredo (2023), em seu estudo, verificou que mulheres com disfunções sexuais têm maior impacto na funcionalidade com base nos resultados da aplicação da ferramenta WHODAS 2.0, que avalia os domínios: cognição, mobilidade, autocuidado, relações interpessoais, atividades de vida e participação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS)[1] define a sexualidade como um fenômeno multifacetado que perpassa diversas dimensões da existência humana, como as esferas biológica, psicológica e sociocultural. Isso a torna, portanto, um campo de estudo relevante para a psicologia. A saúde sexual, por sua vez, é compreendida como um componente essencial do bem-estar e da qualidade de vida, estando intrinsicamente ligada à garantia de diversos direitos, como o acesso à informação sobre sexo e sexualidade. Dessa forma, destaca-se a importância de democratizar o acesso à informação sobre os impedimentos à realização da saúde sexual, assegurando que esse conhecimento, fundamentado em evidências científicas, se mantenha atualizado diante das transformações sociais e das demandas contemporâneas.

[1] Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab_1>. Acesso em: 13 mar. 2025

Todavia, no processo de seleção bibliográfica do presente trabalho, revelou-se uma grande lacuna em estudos atuais que abordam os impactos da repressão sexual na mulher brasileira. Ademais, é importante ressaltar que a maioria dos trabalhos encontrados abrangem amostras e populações seletivas que não contemplam a diversidade e as diferentes realidades das mulheres brasileiras. Figueiredo (2023) evidencia a escassez de estudos produzidos sobre a influência dos aspectos socioculturais na função sexual das mulheres brasileiras, e Carvalho (2021) sugere a realização de pesquisas focadas no autoconhecimento sexual da mulher. Nesse contexto, a justificativa para a realização da pesquisa reside na necessidade de ampliar o conhecimento científico a respeito das diversas formas de expressão sexual feminina, bem como dos efeitos da repressão sexual na mulher.

Considerando o exposto, compreende-se que a sexualidade humana é multifacetada e, por isso, afeta e é afetada pela psique, possuindo caráter psicológico eminente (Campos, 1999). Em consequência, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as vivências da sexualidade feminina na contemporaneidade e os impactos da repressão sexual na psique das mulheres, a partir de uma perspectiva da Psicologia Analítica. Como objetivos específicos, a pesquisa busca investigar as expressões da sexualidade nos relacionamentos das mulheres; explorar os possíveis sofrimentos psicológicos das mulheres relacionados à repressão sexual e explorar as representações simbólicas relacionadas à sexualidade feminina.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia Analítica foi fundada pelo psiquiatra e psicoterapeuta suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) como uma abordagem disruptiva à psicanálise. Jung (2014b) contribuiu com a ideia inovadora do inconsciente coletivo, propondo que não existe apenas um inconsciente com conteúdo pessoal, mas também uma camada mais profunda, de natureza universal, composta por conteúdos de caráter suprapessoal. A estrutura do inconsciente coletivo, segundo ele, é formada de categorias herdadas, denominadas arquétipos, que operam como possibilidades de funcionamento psíquico (Jung, 2015c).

Jung (2014b, p. 51) sugere que o conceito de arquétipo “[...] indica a existência de determinadas formas na psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar”. Isso significa que os arquétipos podem ser explicados como padrões de comportamento dos processos inconscientes que se expressam como afetos e imagens na psique (Jung, 2016). Entretanto, é necessário destacar que, enquanto as imagens são uma forma consciente de acessar os arquétipos, eles são apenas possibilidades de produzi-las, concomitantemente com as variações dos processos psíquicos individuais de cada pessoa (Jung, 2014b).

Durante o desenvolvimento de sua teoria acerca do inconsciente coletivo, Jung propôs a estruturação conceitual de alguns arquétipos cujos conteúdos se manifestavam com maior frequência em forma de paralelismos universais na sua vasta análise de mitos, lendas, contos de fadas, folclore e outras formas de expressões culturais. Os arquétipos foram definidos como paradoxais e polares, ou seja, formados por opostos que coexistem e constituem uma totalidade (Jung, 2015a). Tal dualidade é reforçada pelo autor: “Como todos os arquétipos têm caráter positivo, favorável, luminoso, que aponta para o alto, também tem outro, que aponta para baixo, em parte negativo e desfavorável, e em parte ctônico, porém neutro” (Jung, 2014b, p. 227).

Entre esses arquétipos formulados por Jung (2015a), a anima e o animus se destacam. Eles são entendidos como mediadores para o contato com o inconsciente, já que a anima representa a contraparte feminina na psique masculina, e o animus, a parte masculina na psique da mulher. Essa ideia é derivada da noção de que o princípio de Eros, que representa características atribuídas ao feminino como o erótico, emocional e o criativo, está presentes conscientemente para as mulheres, enquanto o princípio de Logos é associado a características da masculinidade como razão, poder e assertividade, que seriam observadas na consciência dos homens. Dessa forma, esses arquétipos promovem uma aproximação com a parte inconsciente em relação à atitude manifesta de cada gênero, por meio de imagens arquetípicas que representam a figura do homem e da mulher.

É necessário enfatizar que Jung desenvolveu suas ideias sobre a anima/animus baseado nos padrões de ideologia de gênero de sua época, que contemplavam papéis rígidos acerca dos comportamentos sociais femininos e masculinos. Tendo isso em vista, foi imprescindível que se revisasse as concepções acerca destes arquétipos, a fim de atualizar e desmistificar a normativa das noções de gênero. James Hillman (1984), por sua vez, foi um dos principais autores a criticar a rigidez acerca das concepções sobre a anima/animus. Em sua revisão sobre a anima, ele propôs que esta não pode ser limitada apenas à psique masculina, já que considerar que um arquétipo pertence a um único grupo social foge ao próprio aporte teórico junguiano, visto que, por definição, os arquétipos são transcendentes e pertencem universalmente a todas as psiques.

Outra autora pós-junguiana que contribuiu para a revisão da Psicologia Analítica, contribuindo com novas conceituações acerca de concepções dotadas de valor patriarcal, foi Susan Rowland (2024). Ela critica as definições essencialistas de Jung sobre anima/animus e propõe que esses arquétipos sejam condensados em um só, representando a alteridade da psique e os substratos mais profundos do inconsciente.

Assim, é possível considerar que, ao formular que a contraparte psíquica do homem seria a anima, dotada de características ideologicamente femininas, Jung debruçava-se sobre a repressão social, cultural e psíquica da mulher no mundo regido pelo patriarcado.

Ademais, contribuía para o entendimento do impacto desta repressão no desenvolvimento da psique e, consequentemente, abria portas para a análise da influência da unilateralidade psicológica na opressão das mulheres (Lima, 2018).

Com base na concepção dos pós-junguianos acerca da anima/animus, compreende-se que desde os primórdios a sociedade reprime a expressão da sexualidade, não apenas em seu aspecto relacional, mas também em sua expressão erótica, individual e corporal. Portanto, esta pesquisa visa explorar como a sexualidade, ao ser reprimida majoritariamente na mulher, afeta sua integridade psíquica.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, para que fosse possível explorar a pluralidade de conteúdos objetivos e subjetivos apresentados. Segundo Penna (2005), a metodologia qualitativa implica o envolvimento pessoal, ético e crítico do(a) pesquisador(a) na compreensão dos fenômenos expostos. Nessa perspectiva, Faria (2019) compreende que a entrevista possibilita o contato com aspectos conscientes e inconscientes tanto do(a) entrevistador(a) quanto do(a) participante. O autor deduz que, por meio dos instrumentos utilizados, o objetivo da pesquisa qualitativa na metodologia junguiana é captar conteúdos dessas diferentes instâncias psíquicas.

Ademais, Penna (2005) ressalta a necessidade de uma análise interpretativa dos fenômenos apresentados, visando atribuir sentido e finalidade ao conteúdo coletado. Considerando as dimensões consciente e inconsciente, a autora aponta para o símbolo como um fenômeno psíquico capaz de sintetizar ambas. Assim, a análise simbólica no paradigma junguiano constitu-sei como parte da interpretação dos conteúdos resgatados na entrevista. Portanto, a metodologia escolhida se mostra adequada para a presente pesquisa, uma vez que a perspectiva de uso dos símbolos como forma de compreensão dos processos psíquicos é de suma importância para compreensão da repressão sexual na psique da mulher.

Para a realização da pesquisa, foram conduzidas entrevistas com uma amostra composta por seis mulheres, todas com idade igual ou superior a 18 anos. Utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada (Manzini, 2003), baseada em um roteiro de perguntas prévio que pôde ser flexibilizado ao longo das entrevistas. Dessa forma, foi possível que as entrevistadas abordassem o tema de maneira livre e espontânea.

As colaboradoras do presente trabalho foram selecionadas por meio das redes de contato da pesquisadora. Foram fornecidos os detalhes referentes à pesquisa e ao TCLE, a fim de confirmar o esclarecimento sobre o tema e as motivações envolvidas, assim como

agendar a entrevista de acordo com a melhor disponibilidade de cada uma das entrevistadas.

No dia da realização da entrevista, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi ressaltado que a participação na pesquisa é livre, voluntária, passível de interrupção e que, caso fosse de sua vontade, ela poderia escolher não responder determinada pergunta. Além disso, foi relembrado o sigilo quanto aos dados da entrevistada para a preservação de sua identidade. Para isto, os nomes verdadeiros das participantes foram substituídos por nomes fictícios de sua própria escolha.

A pesquisa foi conduzida somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Parecer nº 7.916.577), conforme os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CONEP/CNS/MS).

A análise de dados das entrevistas foi feita por meio da Análise de Conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (2016). A autora propõe três etapas do processo de análise do conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados obtidos. A pré-análise inclui a "leitura flutuante" como forma de elaborar hipóteses e objetivos que ajudarão na identificação de temas em destaque. Já na etapa de exploração do material, ocorre um processo de aprofundamento, em que a comparação dos dados tem como propósito identificar semelhanças a fim de direcionar a formação de categorias de análise. A última etapa de tratamento de dados consiste no processo de interpretação das coletas com base no referencial teórico adotado. Nesse sentido, foi utilizado o paradigma junguiano para a interpretação dos dados em virtude da natureza simbólica dos conteúdos das entrevistas, considerando que o processo simbólico é compreendido como o caminho por meio do qual se podem entender as manifestações psíquicas (Faria, 2019).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Apresentação das participantes

As entrevistas contaram com perguntas de identificação, perguntas relacionadas ao tema e, ao final, foi solicitado que as participantes escolhessem um pseudônimo baseado em uma mulher que as inspirasse, com o objetivo de garantir o sigilo na pesquisa. A seguir, serão apresentados os dados de identificação de cada uma:

Catarina, 22 anos, bissexual. Declarou-se branca. Possui ensino superior incompleto, cursa Psicologia. Não tem filhos, é solteira e referiu estar em um relacionamento.

Clara Rosa, 21 anos, bissexual. Declarou-se preta. Possui ensino superior incompleto, cursa Psicologia. Não tem filhos e é solteira.

Gal, 22 anos, lésbica. Declarou-se branca. Possui ensino superior incompleto, cursa Psicologia. Não tem filhos, é solteira e referiu estar em um relacionamento.

Lana, 24 anos, bissexual. Possui ensino superior incompleto, cursa Psicologia. Declarou-se branca. Não tem filhos, é solteira e referiu estar em um relacionamento.

Gabriela, 31 anos, heterossexual. Declarou-se branca. Possui ensino superior completo, é publicitária. Não tem filhos, é solteira e reside com seu parceiro em Portugal.

Mônica, 58 anos, heterossexual. Declarou-se branca. Possui ensino superior completo, é médica ginecologista obstetra. Tem dois filhos e é divorciada. Atualmente está em um relacionamento estável há 12 anos.

4.2 Sexualidade: identidade, erotismo e relações

Durante o processo de entrevistas, a sexualidade foi abordada de diferentes maneiras, sendo frequentemente compreendida a partir de duas dimensões: a identidade, relacionada à orientação sexual e identidade de gênero, e o erotismo, associado ao desejo e ao prazer. Inicialmente, muitas participantes identificaram a sexualidade como uma forma de expressão de suas identidades. Gal, por exemplo, relatou que, enquanto mulher lésbica, a manifestação de sua sexualidade está diretamente atrelada à sua própria condição de existência: “É minha forma de existir, se eu não me expressar em relação a isso, tipo, eu não vou existir. E se eu não ocupar alguns espaços que eu não consigo ocupar por conta disso, eu não existo”.

Clara Rosa, por sua vez, compartilhou que, antes de ingressar no curso de Psicologia, compreendia sua sexualidade como um aspecto que a posicionava socialmente, sendo atravessada por sua orientação sexual, raça e gênero. Atualmente relata: “A minha sexualidade tem muito mais a ver com a forma que eu me expresso, muito mais do que com esses outros atravessamentos. É claro que eles me atravessam também, mas se eu pudesse definir uma palavra, eu falaria expressão.”

As falas das participantes evidenciam que a sexualidade proporciona a afirmação de suas individualidades por meio de identificações de gênero, orientação sexual e raça. Nesse sentido, Louro (2003) descreve que a construção de papéis e as definições identitárias relacionadas à sexualidade são construídas socialmente a partir de discursos que regulam e instauram saberes, sendo produtos políticos e históricos que foram construídos com base em relações de poder e se baseiam em generalizações que regulam modos de existir no mundo. Por outro lado, a autora entende que identidades são plurais, articulam-se mutuamente e transformam-se, deixando de ser estruturas fixas e imutáveis. Assim, a vivência e o pertencimento a diferentes grupos étnicos, sexuais, de classe e de gênero constituem os sujeitos de forma contínua.

Com base nessa concepção, Judith Butler (2018) argumenta que os sujeitos apenas se tornam socialmente inteligíveis — isto é, reconhecidos e legitimados — quando se adequam às normas de gênero heteronormativas. Dessa maneira, apenas são legitimadas as identidades de gênero e as manifestações de desejo que mantêm coerência com o sexo atribuído ao nascimento e com a lógica binária do feminino e masculino. Como consequência, são socialmente impostos modelos normativos de feminilidade que regulam não apenas a forma como as mulheres devem expressar sua sexualidade, mas também sua aparência, comportamentos e interesses.

Sob essa ótica, quando Gal afirma que precisa se expressar para existir, é possível visualizar como a sociedade oprime expressões e identidades que não se ajustam às normas, tornando necessário que essas pessoas lutem pela possibilidade de serem reconhecidas e aceitas em um sistema que limita as possibilidades de ser.

Jung (2014b) descreve que a sombra é uma parte do inconsciente pessoal que contém tudo o que o sujeito não reconhece em si. A sombra possui influência da moral, já que tudo o que não é aceito pelas limitações do ego é reprimido nela. Quando esses aspectos não são reconhecidos pelo indivíduo, este tende a projetá-los em outras pessoas. Segundo Mussi e Serbena (2022), a sombra também pode ser coletiva, formada por fenômenos de massa e ideologias sociais. A homofobia, portanto, pode ser compreendida como reflexo da projeção de aspectos reprimidos da personalidade de indivíduos inseridos em uma sociedade que condena a homossexualidade, direcionando ao outro conteúdos que não são aceitos e que geram conflitos psíquicos.

Dessa forma, tornou-se evidente que as violências e a repressão sexual apresentam especificidades e agravantes próprios para mulheres sáficas:

> Eu sinto medo, eu sinto vergonha, eu sinto... Eu acho que o sentimento que mais caracteriza, tipo, o que eu sinto, na verdade, é o medo mesmo. Tipo, o medo do que os outros vão pensar de mim, o medo de decepcionar a minha família, o medo de tipo, deixar as outras pessoas bravas. (Catarina)

Gal complementa essa perspectiva quando aponta que os relacionamentos homoafetivos não aceitos por famílias configuram situações de vulnerabilidade física e emocional, pois negam um espaço fundamental de segurança.

O medo e a exclusão relacionados às vivências homossexuais refletem uma sombra coletiva de uma sociedade que reprime aspectos que não condizentes com a heteronormatividade. Assim sendo, relações que não estejam de acordo com o panorama patriarcal e binário são castigadas e recusadas através da raiva, do ódio e da culpa projetada, resultando em vulnerabilidade social e sofrimento psicológico associado à desautorização da individualidade desses indivíduos.

Com base em Federici (2017), é possível analisar que a construção do sexismo, da heteronormatividade e do racismo estão interligadas perante um propósito histórico: a

construção do capitalismo e a acumulação primitiva. Para a autora, a acumulação primitiva foi o processo pelo qual ocorreu a transformação do corpo em uma máquina de trabalho.

Assim, tanto a destituição do poder das mulheres com o objetivo de submetê-las à reprodução da força de trabalho, quanto a construção de uma ideologia que justificava a escravização ao definir que a população originária das Américas e da África eram ontologicamente inferiores aos europeus brancos, foram processos essenciais para a acumulação do proletariado e a criação das condições estruturais do capitalismo.

Esse processo histórico também se relaciona com a repressão sexual erótica, que contribuiu para o controle do corpo feminino. No Brasil, Del Priore (2011) aponta que a influência conjunta do Estado português colonizador e da Igreja Católica estabeleceu que o prazer e as tentações carnais eram tidos como pecado e os instintos sexuais deveriam ser adestrados para evitar as tentações satânicas.

Enquanto o homem possuía maior liberdade sexual e permissividade marcada pelo costume da poligamia consentida, a sexualidade das mulheres era atravessada por diferentes formas de controle. O racismo era evidente nesse contexto: mulheres brancas eram valorizadas por sua castidade, pureza, fidelidade e submissão, sendo destinadas ao casamento; em contrapartida, mulheres negras escravas e forras eram consideradas disponíveis para a satisfação dos desejos masculinos que não poderiam ser realizados no casamento, sendo alvos de abusos sexuais frequentes. Dessa forma, as mulheres negras eram associadas ao impróprio, imoral e impuro, fatores que influenciaram a desvalorização de seus corpos (Del Priore, 2011).

A participante Clara Rosa — única entrevistada que se autodeclarou preta — apresentou como o racismo impactou diversos âmbitos de sua sexualidade ao longo de sua vida, fazendo com que se percebesse “menos sexual”, menos feminina e menos desejada. Ela relacionava essas percepções ao seu cabelo e à coloração mais escura de regiões corporais como virilha e axilas:

> Todas as vezes que eu não me sentia livre o suficiente pra usar meu cabelo do jeito que eu queria, eu também sentia que minha sexualidade tava sendo oprimida. E aí, por exemplo, quando eu não me sinto tão confortável assim pra usar uma roupa porque tá parecendo minha axila e eu acho que ela não tá tão clara quanto ela deveria estar, eu também me sinto oprimida. Então tipo, como eu sou uma pessoa preta, uma mulher preta, todas as vezes que eu me sinto recusada em algum lugar, isso acusou e recusou minha sexualidade também. Então eu acho que eu entendo um pouco assim, racismo é uma forma de opressão da minha sexualidade também.

Enquanto a branquitude foi historicamente consolidada como sinônimo de civilidade, beleza, moral e razão, o corpo negro se constituía em seu oposto inferiorizado que apenas poderia superar as imposições feitas à sua condição de existência ao “tomar o branco como modelo de identidade” (Souza, 1983, p.19). Isto posto, o relato de Clara Rosa desvela os impactos dos dispositivos racistas e sexistas que atuam na sexualidade feminina, ao

evidenciar que a atratividade do corpo feminino é construída por meio da negação das características negras.

A participante Lana, mulher branca, também referiu incômodos relacionados à coloração mais escura de sua vulva, relacionando-os a uma comparação estética com os modelos pornográficos. Ela referiu que isso lhe trazia insegurança e sofrimento, chegando a tal ponto que, por medo de julgamentos, evitava relações sexuais. Dessa forma, evidencia-se que os diferentes dispositivos sociais muitas vezes se pautam e atuam no corpo. Tais construções entrelaçam-se e se atravessam continuamente, revelando-se através dos referenciais estéticos e comportamentais da atualidade.

Diante disso, embora as mulheres tenham conquistado avanços na emancipação da dependência masculina e da família tradicional como única forma de socialização e, portanto, possuam maior possibilidade de explorarem suas sexualidades, as construções um dia feitas ainda ecoam em suas vidas através de preconceitos relacionados à vivência sexual feminina (Federici, 2023).

Durante as entrevistas, verificou-se que a maioria das mulheres experiencia o prazer feminino com receio, vergonha, culpa e evitação. Nos primeiros contatos com a descoberta e a exploração da sexualidade individualmente, as participantes Clara Rosa e Catarina relataram que o principal sentimento presente foi o de culpa. Já Lana e Gal referiram confusão e dúvidas. Esses sentimentos estenderam-se na vida da participante Catarina, que referiu ter ficado por muito tempo sem atingir o orgasmo quando estava solteira: “Porque, e aí, eu não sei se entra a questão da religião também, mas eu acho que entra um pouco sim, porque sempre tem isso, né? Tipo, de ser sujo, de não poder, enfim.”

Nesse contexto, Mônica também compartilhou que passou a adolescência sem se masturbar, vivenciando isso apenas quando se separou e ganhou um vibrador. Atualmente, relata o fazer muito menos e diz que a expressão de sua sexualidade individual relaciona-se muito mais com sentir-se bem com o seu corpo e com a forma que se apresenta fisicamente. Atualmente, a participante Lana narrou que, por mais que a masturbação seja uma forma de vivência da sua sexualidade individual, esses momentos são mais associados à liberação de tensões do que ao desejo e ao prazer. Diante disso, é notório que o prazer feminino ainda é pouco relacionado ao erótico, sendo pouco experenciado no âmbito individual ou associado unicamente à satisfação de necessidades fisiológicas.

Quando questionadas sobre como suas sexualidades se expressavam na sua vida íntima e individual, Gabriela e Mônica inicialmente responderam com base nas suas vivências sexuais com seus parceiros e uma das entrevistadas não soube responder à pergunta. Assim, as experiências e vivências sexuais das participantes foram mais facilmente elaboradas quando associadas às experiências relacionais, sugerindo que a exploração e a construção do conhecimento sobre a própria sexualidade ocorreram

predominantemente por meio da relação com o outro, e não pela exploração individual. Como exemplo, Gabriela referiu ter vivenciado uma exploração sexual tardia em decorrência das pressões exercidas por seu pai sobre a aparência de seu corpo durante a adolescência. Segundo ela, essas experiências a faziam sentir-se insuficiente e pouco atraente fisicamente, percepção que relacionou ao fato de, na época, não despertar o interesse afetivo ou sexual de outras pessoas. Em seu relato, observa-se como a presença do outro foi compreendida como necessária para a exploração da própria sexualidade.

Diante disso, Del Priore (2011) escreve que, historicamente, o homem era designado como o mediador do conhecimento e da experiência sexual da mulher. As mulheres eram ensinadas a preservar a virgindade e a permanecer pouco informadas sobre a sexualidade, pois o conhecimento sobre sexo era imoral e contrário à pureza feminina. Assim, o homem teria o papel de iniciar a mulher sexualmente e ensiná-la sobre as relações sexuais, sendo o único que poderia providenciar seu orgasmo. Entretanto, o conhecimento médico da época compreendia que o desejo feminino era uma necessidade fisiológica que deveria ser controlada pelo homem, de modo que o ato sexual constituía uma forma de evitar que se tornassem histéricas ou ninfomaníacas.

Dessa forma, o desejo e o prazer feminino eram compreendidos como algo que precisava ser regulado devido ao perigo da sua insaciabilidade, que sobrecarregaria o marido e retiraria suas forças para o trabalho. Já a masturbação significava uma experiência de prazer que não dependia da presença masculina, sendo considerada um vício maléfico para a saúde física e mental. Consequentemente, essa construção contribuiu para que as mulheres aprendessem a vivenciar sua sexualidade principalmente a partir do outro, enquanto o conhecimento e a exploração do próprio corpo eram associados à culpa, ao desvio e à doença (Del Priore, 2011).

Com base em Bourdieu (2012), a dinâmica social do patriarcado concebe as mulheres como objetos simbólicos, isto é, seus sentidos são constituídos com o objetivo de contribuir para o capital simbólico do poder masculino. Pensadas apenas como instrumentos para a legitimação da estrutura patriarcal, a existência das mulheres é constituída para e através do olhar do outro. Essa dinâmica gera uma insegurança corporal constante, sustentada pela regulação social feita através do olhar externo sobre suas aparências e comportamentos.

Segundo Jung (2015c), o indivíduo assume diferentes atitudes como forma de se adaptar às exigências de diferentes ambientes. Nesse sentido, o conceito de persona desenvolvido pelo autor é um complexo funcional que surge por necessidade de adaptação externa, cumprindo o papel de socialização do indivíduo e, portanto, não representando a totalidade do sujeito. Entretanto, a adaptação exclusiva às demandas externas pode afastar o sujeito do processo de individuação, cujo objetivo é integrar as necessidades internas e

externas, favorecendo uma vivência psíquica mais equilibrada através do contato do ego com conteúdos inconscientes. Esse processo possibilita uma forma de relação com o mundo menos unilateral e mais autêntica (Jung, 2015c).

Dessa forma, é possível considerar que, quando a existência da mulher é pensada a partir e pelas exigências sociais, econômicas e simbolicamente constituídas pelo desejo do outro, a psique feminina passa a ser estruturada principalmente pela persona, construindo-se com base na adaptação externa. Contudo, para Jung (2015b), adaptar-se apenas a uma das necessidades psíquicas resultaria no distanciamento de partes importantes da individualidade do sujeito, sendo uma das causas do adoecimento psíquico e da neurose.

Young-Eisendrath (2001) argumenta que, em uma sociedade na qual as mulheres são ensinadas a agradar ao homem, ser desejável e desejada torna-se uma necessidade psicológica, uma vez que as mulheres aprendem a realizar o desejo dos outros muito antes de realizar os próprios. Nessa dinâmica muitas vezes inconsciente, sustentada pela falta de referenciais que ensinem e incentivem o reconhecimento de suas legítimas necessidades e desejos psíquicos, cria-se a convicção de que apenas os outros podem proporcionar as sensações de poder, valor ou vitalidade. Sexualmente, isso não se difere, visto que, ao serem constituídas como objetos de desejo dos homens, as mulheres concebem que o próprio prazer consistiria em dar prazer ao outro. Assim, as necessidades, desejos e impulsos sexuais são em grande parte confusos e insatisfatórios para as mulheres, pois não são definidos sob seu próprio referencial e vontades, mas a partir de reflexos dos ideais externos.

Diante disso, os relacionamentos mostram-se como espaços nos quais muitas das mulheres iniciaram sua vida sexual e obtiveram algum conhecimento acerca do funcionamento das relações sexuais e de seus corpos. Nas entrevistas, eles emergiram como tema recorrente nos relatos das participantes, revelando diferentes experiências relacionais. A participante Catarina compartilhou que um dos seus relacionamentos atuou como um espaço pautado por restrição e necessidade de adequação a um modelo monogâmico com o qual ela não se identificava, resultando no esvaziamento de necessidades e vontades individuais. Em contrapartida, Mônica e Gabriela apresentaram os relacionamentos como meios de conhecimento e possibilidade de experimentação quando com parceiros que respeitem e estejam abertos a ouvir suas necessidades.

Em sua tese *“O sexo sem compromisso e as possibilidades de (des)prazer da mulher: um olhar junguiano e arquetípico”,* Carvalho (2021) aponta como relacionamentos abusivos foram considerados repressores das expressões eróticas de seus desejos e da exploração do próprio corpo e do prazer. Entretanto, a autora discorre sobre como algumas formas de relações, sejam com ou sem compromisso, podem atuar como espaços que

favoreçam o resgate da imagem arquetípica da “prostituta sagrada” que representa aspectos psicológicos relacionados ao instintivo e erótico, resultando em vivências sexuais dinâmicas e transformativas.

.

4.3 Educação, cultura e construções simbólicas

À luz das entrevistas, foi possível observar como a educação e a cultura continuam a respaldar a construção psíquica e social das mulheres. No que se refere às influências desses fatores sobre a sexualidade feminina, Lana e Gal relataram as limitações no acesso a informações sobre sexualidade, decorrentes da ausência de orientações nos contextos familiar e escolar.

> Com relação à educação, eu acho que a educação foi muito biológica, né, não sei se pode dizer assim, mas ela era muito, tipo, ah... pinto, buceta, junção, bebê. [...] Então era isso, não falava de masturbação, não falava dessas outras questões, questão de relacionamento, não, era só na parte biológica e mecânica, como funciona a reprodução humana. Então tipo, acho que se eu tivesse tido mais falas ou, sei lá, alguma coisa sobre masturbação, talvez eu entendesse melhor o que estava acontecendo com meus desejos, com meu corpo. (Lana)

> Primeiro que eu acho que não é falado. Na educação e na minha família, tipo, foi falado, mas não elaborado, foi só… e aí, eu sempre achei que era uma coisa, e aí no final tinham milhões de possibilidades. Então, tipo, não é o cara com a mulher do jeito X numa cama, tipo, não necessariamente. (Gal)

> E eu sempre tive muito essa coisa do de ouvir né tipo olha por mais que ela sempre foi muito aberta em relação a isso eu acho que eu sempre vinculei muito a sexualidade inicialmente como sexo. Então eu ficava meio que dependendo do tipo não eu só vou explorar minha sexualidade quando eu tiver relação sexual. (Gabriela)

As narrativas acima demonstram que a falta de espaços de troca e de diálogo impactam o processo da exploração e compreensão da sexualidade. Com base em Del Priore (2011), por volta dos anos 1930, em um contexto no qual o sexo era um segredo mantido pelo sigilo, surgia uma lógica higienista que se propagava por meio da educação sexual. Esta, por sua vez, era direcionada para a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis para os homens, e na aprendizagem sobre a maternidade para as mulheres. Assim, os livros continham explicações vagas acerca das relações sexuais, reforçando a repressão do pudor e a manutenção do moralismo.

Atualmente, Louro (2003) conclui que a educação sexual nas escolas brasileiras ainda é apresentada de forma receosa e biologizante, sendo focada na reprodução e não abrangendo a dimensão do prazer e a ampliação social e cultural. Ademais, é adotada uma categorização das práticas sexuais aceitas, que se reforçam através do silêncio e a falta de ensino e compreensão relacionados a existências que fogem da norma. Nesse contexto, a homossexualidade é ocultada e negada, e o “não dito” opera como uma forma de evitar que os estudantes desejem o que é classificado como “desvio”.

Catarina nos oferece um exemplo situacional que evidencia o impacto do “não falado” na sexualidade:

> Acho que na minha família, pelo menos. Tipo, meu pai, assim. Quando ele descobriu que eu e a T. [irmã gêmea] que a gente perdeu a virgindade ao mesmo tempo, assim, meu pai ficou, tipo, cinco dias sem olhar na minha cara. [...] Só que nunca ninguém chegou pra mim e teve uma conversa aberta, de fato, sabe? Tipo, uma coisa... ai, e eu era só uma criança tentando, tipo… era muito pra mim, sabe? Tipo uma coisa muito não falada, mano. E isso não falado é muito foda. (Catarina)

Para além da falta de acolhimento no início da exploração sexual, o fato de seu pai ter deixado de olhá-la após a perda da virgindade reflete o olhar social de desprezo e medo perante a sexualidade feminina, caracterizando-a como algo aversivo e impróprio. Esse viés também foi vivenciado por Mônica, que relatou que não poderia compartilhar sobre seu ciclo e cólicas menstruais no ambiente familiar.

O movimento da caça às bruxas e a patologização do desejo sexual feminino são alguns dos processos históricos que constituíram a evitação e o medo frente à sexualidade feminina. Ainda influenciados por esses discursos, o ambiente médico tornou-se o responsável por desvendar o suposto desconhecido poder sexual feminino. Sob uma premissa patologizante e sensacionalista, a histeria surgia como uma migração da ideia da bruxa mística para o adoecimento mental e físico, alocando o corpo da mulher novamente aos conhecimentos advindos de homens (Federici, 2017; Del Priore 2011). Enquanto os homens detêm espaços para explorarem e estudarem sobre a sexualidade, a sexualidade feminina passa a ser ditada conforme seus respaldos, sendo associada ao imoral, subversivo, perigoso, ameaçador e doente.

Nesse sentido, a sexualidade feminina e a masculina possuem discrepâncias que refletem esses contingentes sociais, gerando especificidades que deles decorrem. Os relatos das seis participantes demonstraram grande consonância acerca da influência do gênero no desejo sexual: Catarina entende que, socialmente, o homem é visto como quem tem mais vontade sexual e a mulher menos, sendo autorizado a compartilhar que teve relações. Gal, Lana, Mônica e Gabriela abordaram a perspectiva de que o desejo masculino é muito mais atrelado ao físico, espontâneo, carnal, visual e mecânico, enquanto o da mulher, da mesma forma que possui essa necessidade, envolve também uma necessidade de vínculo, aprofundamento, responsividade, afeto, conquista e desejo.

Clara Rosa amplia essa compreensão quando aborda que homens foram incentivados e autorizados a explorar a sexualidade muito antes do que as mulheres. A participante aproxima o conceito de sexualidade ao conceito de violência, propondo que os dois se relacionam por serem formas de expressividade: “Então, tipo assim, o homem, ele pode se expressar pra fora. Então, quando ele vai agredir alguém, ele normalmente agride o outro, e não a si mesmo, enquanto as mulheres agridem a si mesmo. Essa violência é autodirigida, né?”.

De acordo com Rowland (2024), a anima conceitualizada por Jung era considerada a parte inconsciente e irracional do homem, enquanto as características do animus,

valorizadas socialmente, se situavam em sua consciência. Na descrição do conceito de anima e animus, Jung condensava a ideia de um gênero psíquico equivalente ao sexo corporal, o que significaria que as mulheres apenas possuiriam padrões psicológicos conscientes associados a eros/anima, e os homens, ao logos/animus. A qualidade conferida ao contato com essas contrapartes era diferente entre gêneros: o homem seria incentivado a entrar em contato com a anima para a integração psíquica, já a mulher, quando em contato com o animus, se tornava tirânica. Dessa forma, as características femininas eram consideradas toleráveis quando mediadas pelo controle masculino, porém desvalorizadas socialmente enquanto características conscientes.

Para todos os efeitos, a sexualidade feminina é impactada por esses diversos desdobramentos sociais, que são internalizados a partir de processos semióticos sociais que se tornam naturalizados e sutilmente percebidos. Através de associações simbólicas feitas pelas participantes, foi possível verificar de forma mais profunda como a sexualidade é percebida por elas:

> Tem uma figura, acho que de um caranguejo nas Meninas Superpoderosas que ele é meio sexy, assim. Eu acho que é uma mulher trans na verdade, eu não sei se é um caranguejo mesmo. Tipo ele tem garras, assim e aí tem o cabelo, ele não, né? Ela. Só que tem o cabelo grande e um pouco encaracolado, assim. E bem volumoso, preto. E aí fica uma figura bem sexy, tipo, com as pernas. Acho que quando tá boa [a sexualidade é esse empoderamento e quando tá numa má relação, é essa figura e essa imagem tipo com vergonha de quem é, assim, sabe? (Catarina)

> Então, eu acho que minha sexualidade e minha expressividade tá muito atrelada com Iemanjá. [...]Tipo, Oxum também é uma figura mítica que eu me encontro, e Iansã também, mas principalmente Iemanjá, porque é o meu axé de cabeça. E acho que Pombagira também, que é uma entidade do candomblé, eu acho que eu me vejo muito aquela força, aquela mulher que vai, que gargalha, e que faz acontecer. Acho que é uma boa expressividade. O Seu Zé, que é uma entidade de gira de esquerda também, ali da linhagem de Exu, da malandragem. Tipo, acho que funciona muito também como expressão da minha sexualidade. Eu acho que, tipo, assim, Iemanjá tem muito a ver com a força e com essa decisão. Essa coisa de tipo, você ser boa, mas você não ser boba. [...] Acho que tem essa coisa do mar que é calmo, mas pode ser agitado [...] eu gosto dessa dualidade que Iemanjá trabalha, porque eu não preciso ser toda boa e nem toda ruim. Acho que é uma imagem feminina que traduz tudo que a mulher pode, a mulher não, mas o feminino pode ser. (Clara Rosa)

> Um pouco do jeito que eu me relaciono, que eu queria aparentar, eu acho que é um pouco a Lana Del Rey. Eu acho que ela é uma figura bem sexual, então, ela fala sobre o desejo dela, tipo as vezes os desejos dela são meio perturbadores, mas tá ali, sabe? Tipo, ai, daddy issues. Não necessariamente é o que eu sinto, mas eu acho que é louvável o fato dela criar música a partir dessa parte mais afetiva, sexual, romântica dela. (Lana)

Nesses relatos, verificou-se que a sexualidade é representada por meio de dualidades existentes em uma mesma figura, evidenciando o quanto a vivência sexual feminina envolve força, empoderamento e sensualidade, mas também aspectos obscuros, vergonhosos e reprimidos. Quando tais aspectos considerados negativos são moralmente negados, consideramos que eles são alocados na sombra (Jung, 2014b). Um exemplo de como esses elementos da sombra operam como sintomas na vivência da sexualidade é relatado por Catarina: “E aí, depois, o tempo foi passando e essas violências foram

acontecendo. E, às vezes, eu me sentia não no direito de poder gozar. E aí era difícil pra mim só estar presente no momento. Tipo, era difícil pra mim conseguir me concentrar, conseguir estar ali."

A dificuldade de estar presente e entrar em contato com as sensações do momento sexual destaca que a sexualidade foi reprimida e associada a algo que não deveria ser vivenciado. A culpa e a vergonha atreladas ao desempenho da sexualidade — sentimentos comuns identificados no processo de descoberta sexual pela maioria das entrevistadas — impactam o processo corpo-psique, o que resulta em sofrimento associado a ambos.

Outros efeitos psicossomáticos dessa repressão foram relatados por Clara Rosa e Lana, que referiram ter recebido o diagnóstico de vaginismo, descrito pelo DSM-V como Transtorno da Dor Gênito-Pélvica/Penetração que envolve dificuldades persistentes ou recorrentes relacionadas à penetração vaginal (American Psychiatric Association, 2014, p. 437). Mônica também referiu ter vivenciado sintomas desse transtorno em um momento específico de sua vida.

Segundo Singer e Kaplinsky (2019), da mesma forma que os complexos pessoais postulados por Jung, os complexos culturais são definidos como um conjunto inconsciente e emocionalmente carregado de memórias, ideias e imagens que se agrupam segundo um núcleo arquetípico e expressam-se por: comportamentos repetitivos, grande reatividade emocional, resistência à conscientização e atuação de forma involuntária e autônoma. Entretanto, os complexos culturais se diferem dos pessoais por possuírem efeito sobre a psique de um grupo, sendo baseados em experiências históricas repetidas e em dinâmicas inconscientes da vida grupal, articulando pertencimento e diferenciação.

Com base em Lima e Faria (2022), os complexos culturais podem atuar de forma destrutiva ao renegarem ideias incompatíveis com a consciência, tornando conteúdos reprimidos e inconscientes cada vez mais afastados e impossibilitando formas mais harmônicas de coexistência entre essas polaridades. Para os autores, o sexismo é um grande exemplo de um complexo cultural que age de forma destrutiva na sociedade. Construído por todo o processo histórico de repressão da sexualidade feminina, ele se mostra presente através de todas as manifestações que diferenciam a mulher e ferem sua existência, como através de violências, julgamentos, silenciamentos, exclusões de espaços e demais condições opressoras. Contudo, essa estrutura social permanece invisibilizada para muitas mulheres, que tendem a percebê-la como natural e inerente à sua existência. Isso ocorre à medida que são socializadas sob dispositivos que ensinam, reproduzem e legitimam essas opressões.

De acordo com Jung (2014a), o consciente e o inconsciente se comportam de maneira compensatória. Para o autor, qualquer conteúdo que esteja incompatível com a consciência de um indivíduo torna-se inconsciente. Nesse sentido, quanto menos permeável

tal conteúdo for às restrições da consciência, mais unilateral ele será. Isso resultará em uma tensão entre esses opostos polarizados que poderão irromper na consciência de forma compensatória, podendo surgir como sintomas, sonhos e símbolos. Para a Psicologia Analítica, essas manifestações seriam autorregulatórias e indicariam algo que está desequilibrado e necessita de integração, ou seja, de compreensão e relativização pela consciência que o nega.

Dessa forma, os conteúdos da sexualidade feminina que são reprimidos socialmente, aglutinando-se em complexos, atuam de forma sintomática nas esferas pessoais e coletivas. Logo, é possível compreender que, para além de complexos individuais relacionados à sexualidade, existe também um complexo cultural sexual que atua de forma constante na sociedade, manifestando-se por meio de implicações psicossomáticas e sofrimento psíquico expressos na culpa associada ao autoerotismo, às relações sexuais e à vivência do prazer erótico; na vergonha e no medo de expressar o próprio corpo; no desconhecimento sobre seu funcionamento sexual e em todas as outras muitas dores que impactam a vida e a sexualidade das mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão da sexualidade feminina ao longo dos séculos gerou incontáveis impactos na vida psicossomática da mulher, muitos dos quais permanecem invisibilizados ou são investigados a partir de perspectivas que não consideram a sexualidade como um fenômeno multifatorial que engloba a psique. Nesta pesquisa, objetivou-se compreender os efeitos dessa repressão sobre os processos psicológicos para além do viés estritamente médico do corpo.

Verificou-se que a sexualidade feminina é impactada por construções sociais sexistas, racistas e heteronormativas que se estabeleceram na construção do modelo capitalista e tornaram-se a base da sociedade contemporânea, delineando os referenciais de sexualidade aceitos socialmente. Nos relatos das participantes sáficas, observou-se que a lógica heteronormativa torna as vivências homossexuais ilegítimas, configurando vulnerabilidades físicas e emocionais. Ademais, os dispositivos racistas, ao tomarem a branquitude como o ideal, constituem o corpo negro como seu oposto inferiorizado. As narrativas evidenciaram que a atratividade feminina é baseada nessa construção, desvalorizando características físicas associadas à negritude e causando a internalização da negação dos próprios corpos nas mulheres negras, fazendo com que se sintam menos femininas e desejadas.

No âmbito erótico, a repressão sexual feminina manifestou-se principalmente na dificuldade de contato com a sexualidade individual e com as experiências de autoerotismo,

prazer e desejo, sendo associada à culpa, vergonha e confusão. Notou-se que, ao serem constituídas historicamente como objetos de desejo dos homens, as necessidades e desejos sexuais são em grande parte confusos e insatisfatórios para as mulheres, pois não são definidos sob seu próprio referencial, mas a partir de reflexos dos ideais externos. A educação, a cultura e a família reforçam essa lógica, perpetuando um ensino sexual voltado à reprodução que contribui para o desconhecimento das mulheres acerca do próprio corpo e prazer. Por fim, as mulheres entrevistadas representam simbolicamente a sexualidade a partir de aspectos potentes e integrados, mas também sombrios e reprimidos.

Nesse sentido, considera-se necessário construir novas formas de abordar a sexualidade feminina, tanto na clínica quanto na comunidade científica, que não sejam pautadas pelo olhar do outro. Conscientizar e psicoeducar as mulheres acerca dos condicionantes históricos que as atravessam é fundamental para o cuidado em saúde mental e corporal que leve em consideração suas necessidades singulares, afastando-se de construções essencialistas e universais acerca da sexualidade. Isso pode contribuir para formas mais autênticas da vivência da sexualidade pelas mulheres, ao possibilitar a conscientização e a integração de conteúdos inconscientes que atuam sobre o funcionamento psíquico e seus conflitos.

6. REFERÊNCIAS

ABDO, C. H. N. et al. **Perfil sexual da população brasileira: resultados do Estudo do Comportamento Sexual (ECOS) do brasileiro.** Revista Brasileira de Medicina, v. 59, p. 250-257, 2002.

ABDO, C. H.; OLIVEIRA, W. M. Jr; MOREIRA, E. D. Jr; FITTIPALDI, J. A. **Prevalência de disfunções sexuais e condições correlacionadas em uma amostra de mulheres brasileiras: resultados do Estudo Brasileiro sobre Comportamento Sexual (BSSB).** International Journal of Impotence Research, v. 16, n. 2, p. 160-166, abr. 2004.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, V. F. de A. **Sexualidade Humana - Aspectos Psicológicos.** Boletim da SBEM - Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - Regional Bahia/Sergipe, julho/setembro 1999, p. 55-62.

CARVALHO, M. O. de. **O sexo sem compromisso e as possibilidades de (des)prazer da mulher: um olhar junguiano e arquetípico.** 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

EASLEA, B. **Witch-Hunting, Magic and the New Philosophy: An Introduction to the Debates of the Scientific Revolution, 1450-1750.** Brighton: The Harvester Press, 1980.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FARIA, D. L. de. **Aspectos do método junguiano de pesquisa: uma reflexão.** In: KUBLIKOWSKI, I.; KAHALE, E. M. S. P.; TOSTA, R. M. (orgs.). **Pesquisas em Psicologia Clínica: contexto e desafios.** São Paulo: EDUC, 2019. p. 65-80.

FEDERICI, S. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2023.

FIGUEIREDO, P. A. O. **Comparação da funcionalidade entre mulheres adultas brasileiras com e sem disfunção sexual: um estudo transversal.** Orientador: Vanessa Patrícia Soares de Sousa. 2023. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação) - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

HILLMAN, J. **O mito da análise: três ensaios de psicologia arquetípica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique.** Vol. 8/2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo.** Vol. 9/1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

JUNG, C. G. **Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo.** Vol. 9/2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015a.

JUNG, C. G. **A vida simbólica: escritos diversos.** Vol. 18/1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015b.

JUNG, C. G. **Tipos Psicológicos.** Vol. 6. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015c.

JUNG, C. G. **Sincronicidade.** Vol. 8/3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LIMA, R. A. B. **Os feminismos e suas vozes: uma leitura junguiana das experiências de mulheres participantes de coletivos feministas.** 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIMA, Raul Alves Barreto; FARIA, Durval Luiz de. **Psicologia Analítica, gênero e feminismo: o sexismo como complexo cultural.** In: FRANCO, Clarissa de (org.). **Psicologia pós-junguiana e debates contemporâneos de gênero e sexualidade.** Ponta Grossa: Atena, 2022. p. 16-35.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada.** In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial.** Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MUSSI, Vicente Baron; SERBENA, Carlos Augusto. **Homofobia e repressão do feminino: algumas contribuições da Psicologia Analítica.** In: FRANCO, Clarissa de (org.). **Psicologia pós-junguiana e debates contemporâneos de gênero e sexualidade.** Ponta Grossa: Atena, 2022. p. 95-114.

PENNA, E. M. D. **O paradigma junguiano no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa.** Psicologia USP, v. 16, n. 3, p. 71–94, 2005.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2011.

ROWLAND, S. **Jung: uma revisão feminista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

SINGER, Thomas; KAPLINSKY, Catherine. **Complexos culturais em análise.** In: STEIN, Murray (org.). **Psicanálise junguiana: trabalhando no espírito de C.G. Jung.** Petrópolis: Vozes, 2019. p. 55-75.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de normas sociais de gênero 2023.** 2023. Disponível em: https://www.undp.org/gender-social-norms-index-2023. Acesso em: 10 mar. 2025.

YOUNG-EISENDRATH, Polly. **A mulher e o desejo: muito mais do que a vontade de ser querida.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Contatos: cintravictoria@gmail.com e raul.lima@mackenzie.br